

# O PROTAGONISMO DOS JOVENS CATARINENSES A PARTIR DAS AÇÕES DO INSTITUTO CATARINENSE DA JUVENTUDE<sup>1</sup>

Rodrigo Szymanski<sup>2</sup>

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar os resultados de um estudo com o intuito de analisar o processo histórico de constituição e a percepção dos membros do Instituto Catarinense de Juventude (ICJ) sobre os aspectos institucionais e os processos político-pedagógicos que norteiam a construção do protagonismo e da participação da juventude catarinense na esfera política. Para melhor apresentar os resultados, após a introdução, será abordado um histórico sobre as lutas da Juventude no Brasil ao longo da última década. Dando sequência, apresentar-se-á a constituição histórica do Instituto Catarinense de Juventude e, posteriormente os dados da pesquisa com os integrantes do ICJ, constituindo o perfil dos participantes do Instituto e seus entendimentos sobre o sentido de protagonismo.

**Palavras-chave:** Juventude. Protagonismo. Instituto Catarinense da Juventude.

## 1 INTRODUÇÃO

É preciso compreender a história que envolve as juventudes para assimilar a construção do debate sobre Políticas Públicas e Juventude, bem como o entendimento de protagonismo.

Ao longo dos anos a juventude sempre foi analisada como peça fundamental para as mudanças sociais, principalmente em movimentos de esquerda e em lutas “revolucionárias”, porém, cabe destacar que a juventude pode ser espaço de fortalecimento de políticas conservadoras de direita.

É importante ressaltar a participação dos jovens em espaços de atuação social e política, não necessariamente de movimentos de ruas e partidárias. Por isso, estudar-se-á neste artigo o Instituto Catarinense de Juventude (ICJ), não entrando nas opções políticas ideológicas dos participantes.

---

1. Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso da Pós-Graduação Lato Sensu Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos da Universidade do Sul de Santa Catarina, orientado pela professora Mestre em Educação prof. Luciana Flor Correa. E-mail [Luciana.flor@unisul.br](mailto:Luciana.flor@unisul.br)

2. Acadêmica do curso de Pós-Graduação Lato Sensu Educação e Direitos Humanos: escola, violência e defesa dos direitos da Universidade do Sul de Santa Catarina. E-mail: [rodrigo.szymansk@unisul.br](mailto:rodrigo.szymansk@unisul.br)

Na pesquisa que consubstanciou o presente trabalho, usou-se como metodologia os questionários enviados aos participantes, sejam eles diretoria, membros, associados ou de participantes que estiveram em alguma atividade proposta pelo ICJ. Não foram entrevistados jovens que participaram como público-alvo das atividades. Porém, é importante destacar que os participantes do ICJ, mesmo que apliquem atividades e projetos e sejam protagonistas do processo, também são formados por estas atividades.

A investigação realizada buscou construir o perfil dos jovens que militam no ICJ, bem como entender sua postura e suas escolhas políticas e pedagógicas.

## **2 JUVENTUDES: CONSTRUINDO HISTÓRIAS E ABRINDO CAMINHOS**

Nos últimos anos foi possível perceber uma ampliação dos estudos relacionados à temática juventude. Da mesma forma, houve um processo de abertura no poder público para debates de políticas públicas para a juventude. Segundo Abramo (2007), tem crescido a atenção dirigida aos jovens nos últimos anos no Brasil, tanto por parte da “opinião pública” como da academia, assim como por parte de atores políticos e de instituições, governamentais e não-governamentais que prestam serviços sociais.

Pode-se dizer que um dos marcos das políticas públicas de juventude e início dos debates foi em 2003, com a Criação da Comissão Especial de Políticas Públicas para a Juventude na Câmara dos Deputados. E, posterior a isso, em 2004, a criação da Comissão Especial que apresentou na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 4529/2004, que visava instituir o “Estatuto da Juventude”, o qual foi aprovado pelo Congresso e sancionado pela Presidência da República, em 2013.

É importante ressaltar, no entanto, que esses avanços só aconteceram em virtude de episódios como o período chamado de “manifestações de junho”, em que milhares de jovens saíram às ruas gerando grandes manifestações espontâneas que não ocorriam em tal nível desde 1992, com o *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, os chamados “caras pintadas”. Carmo (2003), em seu livro *Cultura da rebeldia: a juventude em questão*, explica a saída na rua dos jovens pelo *impeachment* do presidente: “Com rostos pintados com a palavra de ordem ‘fora Collor’, em verde-amarelo, a juventude protestava contra o mar de lama que transbordava do Palácio do Planalto, em Brasília”.

Segundo Carmo citando Zuenir Ventura (2003), em entrevista a revista *Veja*, destaca que “quem sabe esta garotada que pintou o rosto para sair às ruas seja não a geração dos 90, mas apenas uma delas, a mais visível e fotogênica, a mais ruidosa?”. Ele destacou ainda que existe outra juventude, que não estava nas manifestações, a juventude que vive nas periferias e compõe a maior parcela da juventude real do Brasil.

A juventude da década de 1990 foi tratada como a “juventude dourada”. Era uma juventude visível e observada pela mídia. A juventude da década de 1990 “quer mudança, mas não é revolucionária”, uma juventude que troca a utopia pelo “*carpe diem*” (aproveite o dia/agora). Ventura, citado por Carmo (2003) avalia também que “são conservadores, mas não reacionários, podem ser narcisistas, mas não egoísta”. Porém derrubam o Presidente da República, buscando dar um basta a falta de ética. De certa forma é possível comparar com junho de 2013.

As “Manifestações de Junho” não foram atividades isoladas do Brasil, e sim um desencadeamento de movimentos mundiais. No Brasil, segundo Gohn (2014) em “A Sociedade Brasileira em Movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais”:

As “vozes” que ecoaram nas ruas em junho não negavam o Estado, mas reivindicavam um Estado menos dependente dos bancos, de multinacionais, de empresários etc. Um Estado com pauta social efetiva, e não apenas focado nas metas e índices de crescimento e oferta de bens. Clamaram por mais cidadania social. A cidadania, vigente no país, nos últimos anos, melhorou os índices de pobreza e promoveu a inclusão social, mas reduziu o cidadão a um consumidor. Reduziu a questão dos direitos a uma pauta de consumo. (GOHN, 2014, p. 439).

Trazendo para o presente o debate acalorado da necessidade de Políticas Públicas, mesmo que as manifestações desencadeavam para outros caminhos dos tradicionais das ONG’s, o Estatuto da Juventude é considerado um marco e foi assinado no “calor” de uma nova rebeldia juvenil.

Os jovens organizadores das chamadas para as manifestações atuam em coletivos organizados na última década. Muitos dos jovens que respondem às convocações e vão às manifestações estão em fase de batismo na política. Os coletivos inspiram-se em variadas fontes, segundo o grupo de pertencimento de cada um. Como rejeitam lideranças verticalizadas, centralizadoras, também não há hegemonia de apenas uma ideologia ou utopia. O que os motiva é um sentimento de descontentamento, desencantamento e indignação contra a conjuntura ético-política de dirigentes e representantes civis eleitos nas estruturas de poder estatal, assim como as prioridades nas obras e ações selecionadas e seus efeitos na sociedade. O movimento acontece “em se fazendo” e não via grandes planos de organizações com coordenações verticalizadas. (GOHN, 2014, p. 432).

Porém, é preciso salientar que o debate “Juventude” não é descoberta da década

de 2000. A pesquisadora Abramo (2007) explica que:

A juventude, como tema político, emerge depois do processo de redemocratização da sociedade brasileira, depois do momento de debate mais intenso sobre a consolidação dos direitos de cidadania, que se corporificou no processo da Constituinte, no final dos anos 80. Os sujeitos deste processo foram os movimentos sociais que se articularam (na sua maioria nos anos 70, mas alguns desde antes), sobretudo pela retomada da democracia e pela constituição de políticas setoriais (como educação, saúde, trabalho, entre outras) (ABRAMO, 2007, p. 14).

Mesmo Abramo (2007) coloca o papel das ONGs, que realizam trabalhos com a juventude, com escala maior que a esferas governamentais.

Em número bem maior que as ações governamentais, tem crescido projetos e programas destinados a jovens por parte de instituições e agências de trabalho social (ONGs, associações beneficentes, instituições de assistência etc.). A maior parte desses projetos destina-se a prestar atendimento para adolescentes em situação de “desvantagem social” ou de “risco” (ABRAMO, 2007, p. 75).

É possível remeter aos idos de 1968, pois para muitos, o “ano que não terminou”, segundo Zuenir Ventura citada por Carmo (2003), o discurso juvenil ganhou cara de rebeldia política e revolução. Estigma que até hoje é aplicado para pensar a juventude busca construir um imaginário de uma juventude rebelde e revolucionária, dando conotação de “alienados” as juventudes das décadas posteriores. Não é interesse desmistificar a juventude de 1968, como é interesse mostrar que a participação política dos jovens nas esferas públicas e políticas vão além de “revolução e rebeldia” e muito presente nas lutas de organizações militantes, seja de movimentos ou organizações da sociedade civil.

É possível perceber que a mudança dos anos 1990 traz a tona o debate e a desmistificação de que a juventude é revolucionária por natureza. Souza (1999) em seu livro “Reinvenções da utopia” destaca que:

A transitoriedade da vida do jovem pode ser considerada como um dos elementos constitutivos da análise dos comportamentos juvenis, sem que se lhes atribua a condição de conteúdo inato. Intenções, utopias, projetos, rebeldia, transgressões são elementos concretos nas relações vividas por esta faixa etária, mas, isolados como comportamentos próprio dos jovens, não são explicativos das relações que envolvem a juventude. (SOUZA, 1999, p. 25.).

Para Pereira (2012) o debate de Juventude é uma abertura no olhar da sociedade, tendo que compreender o todo além de apenas o jovem.

Discutir a juventude na contemporaneidade leva-nos a tomar duas precauções importantes: entender que a noção de juventude é uma construção social e cultural e, além disso, bastante diversificada; e compreender que a noção de juventude não pode ser definida isoladamente, mas a partir de suas múltiplas relações e contextos sociais. Nesse sentido, pensar a ideia de juventude é pensar sobre condições de gênero, raça, classe social, moradia e pertencimento religioso. E, o principal, contextualizá-la historicamente, como integrante de uma geração específica que se relaciona com outras gerações. Por isso, como já tem sido bastante reiterado pelos especialistas, não é possível falar no jovem atual, mas nos diferentes modos de vivenciar a juventude na contemporaneidade. (PEREIRA, 2012, 23)

É preciso compreender os conceitos e os movimentos em relação à juventude para aprimorar o sentido que se pode dar à juventude. A juventude não é algo uniforme e massiva, é uma construção mascarada por fatores decisivos que garante um emaranhado de diferenças.

## 2.1 CONCEITOS E SENTIDOS DE JUVENTUDES

No decorrer da história, o conhecimento de juventude anuncia diferentes sentidos. Sempre estaremos falando sobre questões ligadas a relação entre gerações quando citar juventude ou mesmo idosos.

A condição juvenil refere-se ao modo como uma sociedade constitui e atribui significado a esse momento do ciclo de vida, refere-se a uma dimensão histórico-geracional, ao passo que a situação dos jovens revela o modo como tal condição é vivida a partir dos diversos recortes referidos às diferenças sociais – classe, gênero, etnia etc. (ABRAMO, 2007, p. 42).

No estudo “Conceitos Fundamentais: pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas”, do IPEA, se lê:

Nas trajetórias individuais dos jovens de uma mesma geração, a condição juvenil comum se entrelaça com as diferentes situações vividas pelos jovens, resultando tanto em pertencimento geracional comum (juventude no singular) quanto na diferenciação social entre os jovens (juventudes no plural). (BRASIL, 2014, p. 14).

Peralva (2007) dispõe em sua análise que o desenvolvimento do jovem não se dará apenas de forma natural, mas englobando as questões biológicas, psíquicas, sociais e históricas.

As idades da vida, embora ancoradas no desenvolvimento biopsíquico dos indivíduos, não são fenômeno puramente natural, mas social e histórico, datado, portanto, e inseparável do lento processo de constituição da modernidade, do ponto de vista do que ela implicou em termos de ação voluntária sobre os costumes e os comportamentos. (PERALVA, 2007, p. 13).

A juventude é uma construção social, histórico e cultural que desencadeia debates,

principalmente na necessidade das políticas públicas e de sua participação em termo de protagonismo em todas as esferas.

Novaes (2005) diz que a sociedade é:

“juventudocêntrica”. Seu valor simbólico positivo se expressa através da valorização da beleza, da saúde da coragem, da capacidade de indignação, como a expressão do bem. Por um lado, todos querem permanecer jovens. Fisicamente, procura-se adiar o envelhecimento. (NOVAES, 2005, p. 49).

Definir a juventude como um “símbolo” a ser seguido coloca o jovem no centro dos espaços de consumo e mercado. A juventude se torna uma mercadoria, que é vendida com facilidade.

### **3 ESPAÇOS DE MILITÂNCIA: ENTRE O AGIR E O PENSAR**

Para Gramsci (1995), é necessário que a ação esteja seguida da práxis, levando em conta a contra hegemonia, tendo espaços de intelectuais que pensam e colocam em práticas as ideias em uma lógica transformadora. É importante destacar as contradições que acontecem nos espaços de militância entre o agir e o pensar.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de ‘hegemonias’ políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo, finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e progressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (GRAMSCI, 1995, p. 103).

Com isso podemos compreender que os espaços de militâncias e os militantes não atuam apenas “fazendo”, mas sim construindo um projeto no qual se articula o “pensar” com o “agir”. Fazer política, mesmo que não seja em espaços tradicionais como os partidos políticos. Os “movimentos sociais” e, neste caso, organizações não governamentais influenciam politicamente, pensando espaços de militâncias, respaldado antes de tudo com os ideais militantes.

Importante a ideia que traz Mello (1999), quando afirma que:

A sociedade civil é o lócus privilegiado para as transformações sociais, em processos que contemplem o fortalecimento dos trabalhadores e das organizações sociais, no que respeita a sua autonomia e capacidade de participação social protagonista (MELLO, 1999, p. 78).

Aqui podemos perceber a clareza do papel da sociedade civil como protagonista do processo de transformação social, autônoma, das estruturas políticas do Estado, em uma construção de disputa, pois o que se encontra em jogo é uma disputa de poder. Isto acontece, pois todas as organizações são instrumentos de mudança e de participação. Protegendo a autonomia própria de cada organização. É possível então ter a idéia de ação autônoma da sociedade civil e do protagonismo da participação política. Esta construção de autonomia passa pela capacitação do protagonismo, que podemos chamar de educação, neste caso das organizações sociais e movimentos sociais, uma educação não escolar. Freire (1992) confirma que “entretanto, através da educação, podemos de saída compreender o que é o poder na sociedade, iluminando as relações de poder que a classe dominante torna obscuras. Também podemos nos preparar e participar de programas para mudar a sociedade”.

Neste caso, nos processos de mudança e de formação, com um viés não escolar, cabe afirmar que o ICJ se torna mecanismo de formação que cria alternativas para as condições de vida juvenil. Busca, assim, garantir que os jovens sejam protagonistas e que as políticas públicas sejam implementadas, como ver-se-á na sequência.

### 3.1 O INSTITUTO CATARINENSE DE JUVENTUDE: HISTÓRIA E TRAJETÓRIA

Para compreender o Instituto Catarinense de Juventude (ICJ) é preciso analisar sua trajetória, envolvendo os aspectos históricos, políticos, pedagógicos e ideológicos. A trajetória histórica demonstra os caminhos trilhados para construção e efetivação de uma proposta de trabalho, que consiste na realização do Instituto Catarinense de Juventude. Ele aglutina jovens que pensam e desejam construir propostas de trabalhos com a juventude, com as mesmas finalidades e aproximação ideológica.

O Instituto surge na caminhada da Pastoral da Juventude Regional de Santa Catarina. Ao longo de mais de duas décadas o projeto teve diferentes configurações, com objetivos distintos. Podemos identificar cinco tentativas de concretização por lideranças e assessores de organizações que atuam na Pastoral da Juventude em Santa Catarina.

Reconstituindo as tentativas de criação de um espaço para a formação de juventude, a primeira tentativa se deu entre os anos de 1992-1994, denominada “Casa da Juventude da PJ Catarinense”. Já a segunda tentativa aconteceu entre os anos de 1999-2000, com o nome de “Casa da Juventude”. Após cinco anos ocorreu a terceira tentativa no período 2005-2007, com o nome de “CAJUS – Casa da Juventude” o qual o projeto foi alterado para

“Centro de Assessoria à Evangelização da Juventude” - neste período aconteceu a proposta da CNBB Regional SUL IV apresentado pela PJ na Assembléia dos Bispos para ser assumido pela Igreja Católica, porém os bispos rejeitaram o projeto de implantação de um Centro de Juventude no Estado de Santa Catarina. Esta idéia de centros de juventude ligado à igreja católica é tradicional no Brasil. Durante as décadas de 1980 e 1990 foram mais de dezenas de centros de juventude financiados pela igreja católica através de congregações religiosas ou pela própria igreja católica. Exemplo disso é a “Rede Brasileira de Centros e Institutos de Juventude”, que conta hoje com dez centros de juventude espalhados pelo Brasil. Vale ressaltar que alguns institutos não fazem parte da Rede de Juventude, por uma questão de independência religiosa e de trabalhos.

Na quarta tentativa, que ocorreu de 2008-2009, tentou-se o chamado “Centro Catarinense de Juventude”, passando já a ser uma ONG sem ligação com a igreja, mas como entidade de apoio a Pastoral da Juventude de Santa Catarina. Nenhuma destas tentativas tiveram êxito de organização. Foram pensadas e planejadas, com equipes de trabalhos, mas que não se constituíram em um Centro de Juventude.

A partir da assembléia de 2011 da Pastoral da Juventude, com o indicativo de voltar a tentativa de constituir um Centro de Juventude, foi criado um grupo de trabalho que direcionou as ações para ser realizado no dia 31 de março de 2012 a primeira assembléia na cidade de Ouro - SC. Este momento deu origem ao “Instituto Catarinense de Juventude”, que tem como finalidade ser associação civil sem fins lucrativos, com atuação voltada à adolescência e juventude”, tendo como finalidades, segundo o estatuto:

- a) Promover os valores da ética, da paz, da cidadania, da democracia, dos direitos humanos, da defesa da vida e de outros valores universais;
- b) Desenvolver processos de formação integral, em vista da transformação da pessoa e da sociedade;
- c) Proporcionar serviço de assessoria qualificada a jovens, educadores, assessores/as, grupos e organizações juvenis;
- d) Desenvolver estudos e pesquisas sobre juventude e temas relacionados;
- e) Contribuir com a defesa dos direitos sociais, implementação e efetivação das políticas públicas;
- f) Promover a preservação, defesa e conservação do meio ambiente e promoção do desenvolvimento sustentável no campo e na cidade;
- g) Incentivar a comunicação alternativa, comunitária e popular;

h) Fomentar ações que contribuam na promoção da arte e cultura contemporâneas, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico e da memória cultural;

i) Promover e incentivar as práticas produtivas cooperativistas e associativistas, tendo em vista a geração de trabalho e renda, na perspectiva da economia solidária.

No desenvolvimento de suas atividades, o ICJ prioriza a atuação com adolescentes e jovens em situação de vulnerabilidade social. A partir de então, iniciou-se a organização de núcleos locais (articulando militantes e assessores de organizações juvenis, bem como pesquisadores de juventude) e a articulação em âmbito estadual.

No Plano de 2013-2014, o Instituto atuou em quatro eixos prioritários:

- Políticas Públicas de Juventude: mapeamento e acompanhamento dos Conselhos Municipais e Órgãos Gestores de Juventude, monitoramento de Conselhos Municipais de Juventude inativos, contribuição na luta contra a violência e o extermínio de jovens;
- Pesquisa: sistematização de dados estatísticos sobre a juventude catarinense, levantamento de estudos acadêmicos sobre juventude;
- Assessoria: articulação de uma Rede de Assessores Temáticos e
- Formação: eixo transversal em todas as ações.

Em meados de 2013, o ICJ aprovou dois projetos financeiros (para início em 2014), em que ampliou suas atividades. O projeto foi apoiado pela *Missionszentrale der Franziskaner* (MZF), entidade alemã ligada aos Religiosos Franciscanos, com apoio das Irmãs Catequistas Franciscanas do Brasil, e também pelo Fundo Nacional de Solidariedade (FNS), ligado a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), fundo gerido pela Cáritas Brasileira.

As atividades que o ICJ desenvolveu quis ser “um grande projeto de escuta da juventude, reflexão sobre a violência juvenil e defesa de Políticas Públicas de Juventude em Santa Catarina”, segundo o site da instituição. Nomeado de “Projeto ConversAção”, com as seguintes ações: “Rodas de Conversa com Oficina de Preparação, Rodas de conversa nas escolas, Publicação do Livro com o resultado, Seminário Estadual “Violência Juvenil em SC”, Curso Virtual sobre PPJ’s, Articulação de PPJ’s (no estado e municípios)”.

Neste período foram realizadas 45 rodas de conversas em 15 municípios do estado, sendo que oito dos municípios constituíam as cidades mais violentas, segundo o mapa da violência no Brasil. As rodas de conversas deram resultado ao livro “Vozes da juventude catarinense: rodas de conversa”. Que segundo o site da instituição tinha o “objetivo: escutar os jovens e conhecer a realidade da juventude”. O livro foi lançado no ano de 2015, no momento que se realizava o Seminário Estadual “Violência Juvenil em SC”, atividade do

projeto que foi realizado na cidade de São José/SC. Segundo notícia do site, no dia 30 de maio de 2015, “o evento reuniu mais de 30 organizações que ouviram e participaram de debates sobre “Tráfico de Drogas e Violência”; “Segurança Pública e Redução da Maioridade Penal”; “Causas estruturais da violência””.

No ano de 2014, no mês de novembro, o ICJ lançou seu curso virtual denominado “Introdução às Políticas Públicas de Juventude”, em plataforma digital e acesso gratuito, o qual teve, segundo informação do site, mais de 600 inscrições de cursistas de todo o Brasil. Segundo o site da instituição, no dia 30 de novembro de 2014, “o curso tem a duração de 10 horas/aula e é voltado para jovens e organizações juvenis que tenham envolvimento e/ou interesse na temática de Políticas Públicas de Juventude. O objetivo é contribuir para que estes possam atuar no acompanhamento de PPJ’s nos municípios, bem como qualificar a participação em conselhos de direitos e fortalecer a criação de conselhos municipais de juventude”.

Durante os anos de 2014 e 2015, o ICJ também atuou na organização política da juventude, buscando pautar algumas temáticas e participar do debate da criação do Conselho Estadual de Juventude. A Lei do Conselho foi aprovada em 2 de dezembro de 2015, na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Desde 2013 o ICJ foi entidade presente no debates da constituição do Conselho. Destaque para as cinco audiências públicas propostas pelo deputado Padre Pedro, em que o ICJ esteve presente na organização e posteriormente na articulação para garantir as emendas propostas pelos mais de mil jovens que debateram a lei.

É possível destacar algumas manifestações realizadas pelo ICJ, como a “Nota de repúdio ao PDL 1489/2014”, de 2 de junho de 2014, referente ao pedido de plebiscito sobre Redução da Maioridade Penal requerida pelo deputado federal João Rodrigues bem como a “Nota de repúdio à PEC 171/1993”, de 24 de março de 2015, também referente ao projeto de redução da maioridade penal. Em nota no dia 20 de julho de 2015 o ICJ protocolou um pedido de “esclarecimentos sobre o processo da 3º Conferência Nacional de Juventude em nível de estado”.

Referente à redução da maioridade penal, o ICJ foi parceiro da Coordenadoria de Estado da Juventude, juntamente com a Pastoral da Juventude, a Comissão do Jovem Advogado da OAB e a União Catarinense de Estudantes, o qual promoveram seis debates instituídos “Ciclo de Debates sobre a Redução da Maioridade Penal” no Estado de Santa Catarina, no mês de maio de 2015, conforme traz o site da instituição.

O ICJ assessorou no ano de 2015, atividades relacionadas às conferências municipais e regionais de juventude no Estado de Santa Catarina, bem como fez parte do

processo de diversos outros momentos como participantes representativos nas conferências.

Em sua assembleia, em 2014, ocorrida na cidade de Curitiba/SC nos dias 8 e 9 de novembro, o ICJ redefiniu sua prioridade para o biênio de 2015/2016:

- Eixo Políticas Públicas de Juventude:

- Acompanhamento e formação para o processo da 3ª Conferência Nacional de Juventude (2015)

- Acompanhamento e mobilização para a criação do Conselho Estadual de Juventude

- Fortalecimento dos Conselhos Municipais de Juventude existentes

- Rodas de Conversa sobre Políticas Públicas com a juventude.

- Eixo Assessoria:

- Avançar na oferta de assessores

- Construção de uma proposta para Assessoria das etapas regionais e estadual da 3ª Conferência Nacional da Juventude (2015)

- Eixo Pesquisa:

- Dinamizar a entrega/apresentação dos livros das Rodas de Conversa

- Levantamento de produções acadêmicas sobre juventude

- Eixo Formação:

- Seminário “Violência e Juventude” [retirado do planejamento da assembleia]

No início do ano de 2016 o ICJ realizou sua quarta assembleia, na qual manteve a mesma diretoria e revisitou o seu planejamento citado anteriormente, porém as atividades de planejamento ainda não foram finalizadas.

#### **4 PERFIL E PERCEPÇÃO DOS MEMBROS DO ICJ SOBRE O PROTAGONISMO DA JUVENTUDE CATARINENSE**

Durante a pesquisa, realizada com membros do ICJ, via formulário *online* e enviado para 52 pessoas, que fizeram parte do Instituto, sendo da diretoria, sócios e membros de algum eixo de trabalho ou membros que participaram na execução de alguma atividade realizada pelo ICJ. Destas, 37 pessoas responderam.

De início, iremos apresentar o perfil dos participantes do ICJ, apontando como se dá a participação dentro do Instituto. Posteriormente prender-se-á nas percepções dos integrantes sobre temas relacionados ao ICJ.

#### 4.1 PERFIL DO PÚBLICO-ALVO

Seguindo os parâmetros para políticas públicas no Brasil e segundo o Estatuto da Juventude, são considerados jovens pessoas de 15 a 29 anos. Das respostas, 28 possuem entre 15 a 29 anos. A maior faixa está entre os jovens de 27 a 29 anos, tendo no total, 16 respostas, o que mostra que o debate do Instituto é realizado pelos próprios jovens que pensam e debatem os artifícios de políticas públicas. Oito possuem de 30 a 35 anos e apenas 1 acima de 40 anos. Mesmo que este número final saia fora dos destinatários de políticas públicas para juventude, ainda estão em uma faixa de proximidade, analisando pela idade.

Quando a referência das respostas é o gênero, 23 são do sexo feminino e 15 do sexo masculino, havendo assim uma predominância do sexo feminino na participação.

O ICJ estrutura sua organização partindo de uma direção estadual, articulada em quatro mesorregiões, sendo elas: Sul (Araranguá, Cocal do Sul, Florianópolis e São José), Norte (Balneário Camboriú, Blumenau, Ilhota, Joinville, Navegante, Pouso Redondo e Rio do Sul), Meio-oeste (Curitibanos, Joaçaba e Ouro) e Oeste (Chapeco, Guarujá do Sul, Princesa, Saudades e Xanxerê); as cidades citadas em cada núcleo são referentes às respostas. Outras cidades foram citadas além da região catarinense, foram elas: Campinas/SP, Curitiba/PR e Porto Alegre/RS. Do total de respostas o Sul conteve 6, Norte 11, Meio-oeste 7 e Oeste 9, e 4 respostas de outras cidades. Ao todo 22 cidades com membros do ICJ.

Quando perguntado sobre a formação acadêmica, 16 participantes possuem especialização, dois possuem mestrado, 12 com curso superior e 7 cursando uma graduação.

Da ocupação dos participantes, 26 se declararam empregados, uma pessoa desempregada, oito pessoas declararam ser estudantes, um estudando e empregada e uma pessoa não respondeu. Traçando um perfil de jovens participantes do ICJ como jovens que possuem uma carreira profissional e acadêmica.

#### 4.2 PARTICIPAÇÃO

Perguntado “Em que ano começou a participar das atividades do ICJ?”, cinco pessoas citaram anterior a fundação, cinco pessoas no ano de 2012, 11 pessoas no ano de 2013, 14 no ano de 2014 e 2 em 2015. Destacando que o ICJ teve sua primeira assembleia em 2012, porém como já citado anteriormente, já existia um grupo de preparava a assembleia e organizava a criação do Instituto. No final de 2013 e 2014 o ICJ contou com um projeto

intitulado “ConversAção”, quando incorporou outras pessoas a participar nas atividades. Destas, sete pessoas responderam que não participam mais das atividades do ICJ e outras 30 responderam que ainda fazem parte do ICJ.

Diante da pergunta de “como conheceu o ICJ”, 26 membros responderam que foi via Pastoral da Juventude, dois por algum projeto, oito por algum membro do ICJ e um se declarou sócio-fundador.

O ICJ, como já citado anteriormente, foi criado a partir de articulação de jovens oriundos da Pastoral da Juventude do Estado de Santa Catarina. Mesmo que hoje nada evidencia uma ligação eclesial do ICJ, a maioria dos membros possuem ligações com a eclesial com a Pastoral da Juventude. Em uma pergunta posterior sobre a militância anterior ao ICJ, 33 pessoas responderam a Pastoral da Juventude, uma resposta para as opções não tinha militância anterior, Partido político, Poder público e Terceiro Setor.

Diante disso é possível constatar que não apenas o ICJ nasce de uma experiência eclesial, como ainda mantém seus vínculos através dos militantes ligados à Pastoral da Juventude.

#### 4.3 PERCEPÇÃO

Como citado anteriormente, o ICJ possui diversas atividades. Em pergunta aos participantes “No seu ver quais os mecanismos que o ICJ utiliza na formação de política juvenil e no estímulo ao protagonismo”. Dezesesseis pessoas acreditam que a formação é um dos caminhos a garantir o protagonismo juvenil que “Estimulando a reflexão dos jovens sobre temas de interesse da juventude através de formação”. Oito citaram que “Realizando rodas de conversa com jovens em escolas” e outras oito que os trabalhos com “Conselho de Juventude e Conferencias de Juventude”. Três citaram que o “Curso Virtual sobre políticas Públicas” é um dos mecanismos a garantir o protagonismo e uma resposta acreditando que os “Trabalhos dos eixos e núcleos”, seguido de uma pessoa que acredita que todos os trabalhos são importantes.

Outra pergunta fundamental no processo de entrevista com os membros do ICJ foi “Sob a sua percepção como o Instituto Catarinense de Juventude (ICJ) contribui para o protagonismo e formação política dos jovens catarinenses no período de 2012 a 2015?”.

Buscou-se assim entender como os membros do ICJ percebiam o papel do Instituto para as políticas públicas de juventude e o protagonismo juvenil em Santa Catarina.

É possível identificar que uma das respostas que mais corresponde a esta pergunta está na citação das atividades já realizadas pelo ICJ com os jovens. Desta forma colocando como auto reconhecimento dos trabalhos realizados. Voltando anteriormente na pergunta “No seu ver quais os mecanismos que o ICJ utiliza na formação de política juvenil e no estímulo ao protagonismo” é possível destacar que 19 respostas destacaram uma das atividades realizada como mecanismo de estímulo ao protagonismo juvenil, como citado anteriormente.

É possível citar as referências feitas aos trabalhos realizados pelo ICJ nas repostas: “Realizando rodas de conversa com jovens em escolas e estimulando assim a reflexão. Oferecendo curso virtual de políticas públicas. Participando ativamente nos processos decisórios de construção de políticas públicas, como a criação do Conselho Estadual de Juventude e nos debates da Conferência Estadual de Juventude”. Desta forma é possível perceber que o destaque feito por outro jovem quanto a atuação é o processo do Conselho de Juventude: “Destaco a atuação do ICJ na rodada de audiências públicas sobre a criação do Conselho Estadual de Juventude”. O ICJ contribuiu no ano de 2013 nas audiências públicas e posteriormente no acompanhamento até a aprovação do Conselho Estadual de Juventude. Aparece citado nas respostas ainda sobre o conselho “Um dos fatos mais importantes, considero a aprovação do Projeto de Lei 284/2013, marcando a vitória e a inclusão das pautas da juventude de forma mais visível no Congresso”.

#### 4.4 ICJ DANDO VOZ E VEZ A JUVENTUDE

O livro que foi o resultado do projeto de rodas de conversas aparece citado nas respostas “O livro ajudou o exercício de escuta que fez com que os membros do Instituto tivessem o entendimento dos gritos dessa juventude estudantil e de espaços diversos que possibilitaram as realizações das rodas”. Apontando o livro como a importância da escuta, o livro “Vozes da juventude catarinense: rodas de conversa” tinha como objetivo o processo de escuta de uma parcela da juventude, como já destacado. A escuta como um mecanismo do ICJ para garantia do protagonismo e políticas públicas está presente em outras respostas: “Dando voz à juventude por meio das Rodas de Conversa”, “Através das rodas de conversa, o que proporcionou que a juventude fosse ouvida”, “Projeto Rodas de Conversa possibilitou muitos jovens a serem ouvidos nas suas angústias”, “que os jovens tem o direito de ser ouvidos”. Outra resposta traz a relação do ser revolucionário escutar os jovens: “ouvir a juventude

catarinense, como primeiro passo, é revolucionário, tantos gritos vieram daí, tanto se pode saber e perceber sobre os sonhos ou a falta deles que a juventude tem”. Ouvir a juventude é dar voz aos jovens.

De acordo com a definição de Costa (2000), podemos pensar a escuta como garantia de protagonismo.

A palavra protagonismo é formada por duas raízes gregas: *proto*, que significa “o primeiro, o principal” e por *agon*, que significa “luta”. *Agonistes*, por sua vez significa “lutador”. Protagonista quer dizer então, lutador principal, personagem principal, ator principal. Uma ação é dita protagônica quando, na sua execução, o jovem é o ator principal no processo de seu desenvolvimento. Por meio desse tipo de ação, o jovem adquire e amplia seu repertório interativo, aumentando assim sua capacidade de interferir de forma ativa e construtiva em seu contexto escolar e sócio-comunitário. (COSTA, 2000, p. 77).

Dar importância ao sentido de escuta da juventude é destacar a escuta como ouvir a voz da juventude, podemos aqui perceber uma lacuna e um desejo dos jovens de serem escutados. Não se fala em ação, o protagonista como aquele que tem uma ação, mas talvez no primeiro passo que é dar voz aos personagens com o desejo de serem escutados. Como já citado, o projeto se propôs a escutar e transcrever em livro esta escuta.

Sobre o protagonismo, uma das respostas referente ao trabalho do ICJ destaca que “temas foram lançados, formações foram feitas, sobre as conferências, os direitos da juventude, a vida da juventude como um todo e em como a juventude precisa ser sujeita desta luta pela própria vida! Vários foram os espaços, as instâncias a que se acessou, a juventude de diversas realidades e contextos sociais, mas sempre com a pedagogia da autonomia, levando a compreenderem que se o jovem não for sujeito da mudança, o processo pode ser falho”. A diversidade dos locais que se fez escuta e de atividades do ICJ caminhando para o protagonismo das políticas públicas como garantia de direito, com destaque para a autonomia como citado na prática da pedagogia da autonomia.

Pode-se também relacionar a questão ligada ao empoderamento, que aparece três vezes: “Além do empoderamento dos sujeitos que vem a ter contato com as ações do ICJ”, destacando que o ICJ proporciona a abertura para a tomada de consciência individual emancipatória para as ações coletivas, da mesma forma que o ICJ é um espaço de construção desta emancipação e da necessidade da consciência coletiva que aqui podemos ressaltar pela prática do ICJ e as políticas públicas de juventude.

Para Ruas (2008)

As políticas públicas são respostas que não ocorrerão a menos que haja uma provocação. Em linguagem mais especializada, as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, o que se tem são ‘estados de coisas’: situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas (RUAS, 2008, p. 36).

O entendimento de políticas públicas é necessário para compreendermos o entendimento do que se quer. Em uma das respostas é citado “Tem contribuído na medida em que disponibiliza espaços, momentos e ferramentas para o acesso à informações e debate sobre temas em voga na sociedade e de interesse da juventude e pressionando para a efetivação dos conselhos de juventude e de outras políticas públicas”. É possível perceber que são apresentados mecanismos dentro do ICJ para a apropriação de espaços “fora” da instituição. A utilização do mecanismo de diálogo com os jovens e o poder público e com outras organizações juvenis, como citado em respostas “lutando pelos direitos da juventude e por espaços de atuação juvenil em conselhos de juventude; subsidiando outras organizações juvenis com o curso virtual, livro e proposições ao Conselho Estadual de Juventude”.

Um fato importante a ser citado é a referência feita ao Instituto, que garante formação a quem participa de seus quadros e garante assim também o protagonismo juvenil. As respostas direcionam ainda ao protagonismo dos próprios jovens que estão nos quadros do ICJ. “O Instituto Catarinense de Juventude conseguiu convergir diferentes mentes pensantes, de diferentes áreas do conhecimento, sobre a realidade juvenil no estado de Santa Catarina, que além de refletirem, também propuseram atividades, formações e ações concretas na defesa dos direitos e da vida da juventude”. Bem como outra resposta que cita “devemos perceber que a maioria dos articuladores do ICJ são jovens. Isso já constitui um espaço em si de promoção do protagonismo”.

#### **4 CONCLUSÃO**

O ICJ em sua história constituída por diversas tentativas de construir um espaço de formação para juventude protagonizada pelos militantes da Pastoral da Juventude do Estado de Santa Catarina tornou-se um espaço de militância relacionada às políticas públicas de juventude.

A maioria dos participantes, sendo ainda juventude, segundo os conceitos

estabelecidos, torna o ICJ por si só um protagonista juvenil. Percebe-se que mesmo com um curto espaço de constituição, o Instituto já representa uma organização atuante no que se propõe a fazer. É importante destacar que as suas práticas se dão em nível estadual, sem uma sede física ou recursos humanos para um liberado, bem como obteve apenas um projeto financeiro para gerir seus projetos. O trabalho é feito na gratuidade e na construção coletiva.

É possível perceber que o ICJ é um espaço de militância, que de certa forma rompe com a ideia atual das organizações da sociedade civil de apenas “voluntários” pontuais e direciona seu voluntariado como militância de um espaço que propõe ser mais que apenas uma entidade com atuação específica e passa a ser uma organização que deseja ser suporte a organizações e entidades, bem como a juventude em geral e seus próprios militantes.

A Percepção dos membros do Instituto Catarinense de Juventude (ICJ) sobre os aspectos institucionais e os processos político-pedagógicos que norteiam a construção do protagonismo e da participação da juventude catarinense na esfera política, se da pelos espaços construídos de formação e atuação na escuta da juventude. A garantia de participação ativa da juventude para construir as políticas públicas de tal forma que o processo seja participativo e tenha respeito a escuta dos anseios e das necessidades da juventude. O respeito ao protagonismo passa pela necessidade de abrir espaço para escutar atentamente e no coletivo buscar responder os clamores.

O ICJ segue suas finalidades propostas em suas assembleias e se orienta pelo seu planejamento coletivo, buscando garantir o protagonismo juvenil através da formação, do debate de efetivação de políticas públicas, de assessoria e pesquisa na área de juventude no Estado de Santa Catarina.

## **O PROTAGONISMO DOS JOVENS CATARINENSES A PARTIR DAS AÇÕES DO INSTITUTO CATARINENSE DA JUVENTUDE**

**Abstract:** This article aims to present the results of a study aiming to analyze the historical process of the constitution and the perception of the members of the Santa Catarina Youth Institute ( ICJ ) on the institutional aspects and the political-pedagogical processes that guide the construction of role and participation of youth in the political sphere Santa Catarina. To better present the results after the introduction, a history of the Youth struggles in Brazil over the past decade will be addressed. Continuing, will be presented to the historical constitution of the Santa Catarina Institute of Youth and later will be continued into the survey data with the members of ICJ constituting the profile of the young participants of the Institute and their understanding of the meaning of leadership.

Keywords : Youth . Protagonism . Santa Catarina Youth Institute .

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena Wendel. **Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, São Paulo: ANPED, n. 5-6, p.25-36, 2007.

\_\_\_\_\_. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPEd, 2007.

BRASIL. **Secretaria Nacional de Juventude Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo**. – Brasília: SNJ, 2014. 128p.

CARMO, Paulo Sérgio do. **Culturas da rebeldia: a juventude em questão**. São Paulo: Editora Senac, 2003.

COSTA, A.C.G. **Protagonismo juvenil: adolescência, educação e participação democrática**. Salvador: Fundação Odebrecht, 2000.

FREIRE, P. & SHOR, I. **Medo e Ousadia: O cotidiano do Professor**. 4. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

GOHN, Maria da Glória. **A sociedade brasileira em movimento: vozes das ruas e seus ecos políticos e sociais**. Cad. CRH [online]. 2014, vol.27, n.71, pp.431-441. ISSN 0103-4979. Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude / organizado por Helena Abramo. – Brasília: SNJ, 2014.

GRAMSCI, A. **Concepção Dialética da Historia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

MELLO, R. F. **Desenvolvimento Local enquanto ferramenta para o fortalecimento dos trabalhadores e organização social**. 1999.

NOVAES, R; VANNUCHI, P. (orgs). **Juventude e Sociedade**. Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004.

PERALVA, Angelina. **Juventude e contemporaneidade**. Brasília: UNESCO, MEC, ANPED, 2007.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. **Juventude, juventudes**. Disponível em: <<http://www.teoriaedebate.org.br/materias/sociedade/juventude-juventudes?page=full>>. Acesso em 25 jan. 2016.

RUAS, Maria das Graças. **As políticas públicas e a juventude dos anos 90**. In Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. v.2. Brasília: CNPD, 1998, p.731-752.

\_\_\_\_\_. **Políticas Públicas**. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração/UFSC; (Brasília): CAPES: UAB, 2009.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de. **Reinvenções da utopia: a militância política de jovens nos anos 90.** São Paulo: Hacker Editores, 1999.

### **AGRADECIMENTOS**

Gostaria aqui de agradecer a coordenação e professores do curso de Especialização em Educação e Direitos Humanos, em especial a UNIEDU que proporcionou bolsa para a efetivação do curso.

Em especial a professora Luciana Flor, pela orientação deste trabalho e o amigo Davi Carrer, pela correção e dicas.

Ao ICJ e seus membros pelo trabalho dedicado a juventude catarinense.